



04 DE DEZEMBRO DE 2018

Terça-feira

- **AUMENTO DE OTIMISMO COM CAUTELA NOS INVESTIMENTOS**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE 0,2% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, AFIRMA IBGE**
- **INDÚSTRIA DO BRASIL INTERROMPE 3 MESES DE QUEDA EM OUTUBRO, MAS CRESCE ABAIXO DO ESPERADO**
- **EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI 0,2% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO**
- **NA CRISE, EXPORTADORES AUMENTARAM DEPENDÊNCIA DO MERCADO INTERNO, MOSTRA CNI**
- **MINISTÉRIO DO TRABALHO DIZ QUE EXTINÇÃO DA PASTA 'ATENTA' CONTRA CONSTITUIÇÃO**
- **RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA DEVE ASSUMIR ÁREA NO MINISTÉRIO DE GUEDES**
- **PARECER DO TRABALHO E DA AGU VÊ ILUSÓRIO ARGUMENTO DE PAÍS MAIS LIVRE PARA EXTINGUIR PASTA**
- **BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 4,062 BILHÕES EM NOVEMBRO**
- **FITCH: MELHORA DE NOTA DO BRASIL DEPENDE DE QUAL REFORMA SERÁ APROVADA**
- **PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DA CAIXA SUPERA 1,6 MIL ADESÕES**
- **GESTÃO DO FGTS FICARÁ NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DIZ ONYX**
- **GOVERNO NÃO PODE TER PRESSA PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ ONYX**
- **NÚMERO DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS CRESCEM 2,2% ATÉ NOVEMBRO, SEGUNDO BIRÔ**
- **CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA CHEGOU A 32,4% DO PIB EM 2017**
- **ESTUDO MOSTRA QUE ROBÔS ELEVAM O PIB E GERAM EMPREGO**
- **BNDES MANTER DESEMBOLSOS DE 2018 NOS NÍVEIS DE 2017 É POSITIVO, DIZ MOODY'S**
- **CENÁRIO EXTERNO ACENDE SINAL AMARELO PARA INVESTIDORES NA BOLSA EM 2019**

- ESPECIALISTAS VEEM ESPAÇO PARA ALTA DE AÇÕES NO CURTO PRAZO
- IPC-FIPE SOBE 0,15% EM NOVEMBRO E INFLAÇÃO ACUMULADA NO ANO CHEGA A 2,92%
- COM BLACK FRIDAY, VAREJO SOBE 7,4% EM NOVEMBRO ANTE OUTUBRO, DIZ ACSP
- ALTA NA VENDA DE CARROS NOVOS NÃO É ACOMPANHADA PELA DE VEÍCULOS USADOS
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS CRESCE 13,1% EM NOVEMBRO, DIZ FENABRAVE
- FORD TEM QUEDA NA VENDA DE VEÍCULOS EM NOVEMBRO NOS EUA, MAS FIAT AVANÇA
- PORSCHE QUER DAR MAIS USOS AO SISTEMA DE NAVEGAÇÃO DOS CARROS
- MOTOS ANOTAM ALTA DE 10,7% NO ACUMULADO DO ANO
- VENDAS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS CRESCEM 45% NO ANO
- BORGWARNER PREVÊ CRESCIMENTO CONSISTENTE NO BRASIL

CÂMBIO		
EM 04/12/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,830	3,831
Euro	4,362	4,365

Fonte: BACEN

Aumento de otimismo com cautela nos investimentos

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

Os indicadores de expectativas e confiança apresentaram um aumento substancial em novembro, sugerindo que os empresários estão mais confiantes em relação ao futuro.

Entretanto, a utilização da capacidade operacional e o nível de emprego apresentaram quedas modestas em outubro.

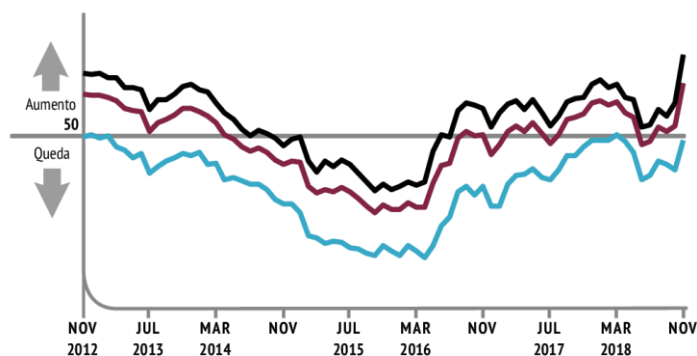
Outubro/2018

ICEI- Construção, Índice de condições atuais e Índice de expectativa

Índice de difusão (0 a 100 pontos)*

—○— ICEI
—○— Índice de condições atuais
—○— Índice de expectativa
— Linha divisória

* Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e melhora das condições atuais e das expectativas.



Produção industrial sobe 0,2% em outubro ante setembro, afirma IBGE

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A produção industrial subiu 0,2% em outubro ante setembro, na série com ajuste sazonal, divulgou na manhã desta terça-feira, 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado coincidiu com o piso do intervalo das estimativas do mercado financeiro coletadas pelo **Projeções Broadcast**, que iam de alta de 0,20% a 2,10%, com mediana de 1,15%.

Em relação a outubro de 2017, a produção subiu 1,1%. Esse resultado ficou abaixo do intervalo das previsões, que variavam de avanço de 1,20% a 5,0%, com mediana de 2,15%.

No acumulado do ano, a indústria teve alta de 1,8% até outubro. No acumulado em 12 meses, a produção da indústria acumulou avanço de 2,3%.

A produção da indústria de bens de capital teve alta de 1,5% em outubro ante setembro, segundo o IBGE. Na comparação com outubro de 2017, o indicador mostrou avanço de 10,7%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

No ano, houve crescimento de 8,7% na produção de bens de capital. No acumulado em 12 meses até outubro, a taxa ficou positiva em 8,8%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa do IBGE registrou avanço de 0,2% na passagem de setembro para outubro. Na comparação com outubro de 2017, houve alta de 1,6%. No ano, a produção de bens de consumo subiu 2,3%. No acumulado em 12 meses até outubro, o avanço foi de 2,7%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, houve avanço de 4,4% em outubro ante setembro. Em relação a outubro de 2017, houve aumento de 6,8%.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve queda na produção de 0,2% em outubro ante setembro. Na comparação com outubro do ano passado, a produção cresceu 0,2%.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção caiu 0,3% em outubro ante setembro. Em relação a outubro do ano passado, houve uma queda também de 0,3%.

No ano, a produção de bens intermediários aumentou 0,8%. Em 12 meses, houve elevação de 1,4% na produção. O índice de Média Móvel Trimestral da indústria teve queda de 0,7% em outubro.

Indústria do Brasil interrompe 3 meses de queda em outubro, mas cresce abaixo do esperado

04/12/2018 – Fonte: Reuters

A produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis ajudou a indústria do Brasil a interromper três meses de queda e a registrar crescimento em outubro, porém abaixo do esperado, indicando um final de ano desafiador.

A produção industrial brasileira avançou 0,2 por cento em outubro na comparação com setembro, de acordo com os dados divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse é o melhor resultado para outubro desde 2014 (+0,6 por cento), porém ficou bem abaixo da expectativa de crescimento de 1,2 por cento em pesquisa da Reuters. “Crescer 0,2 por cento interrompe uma sequência de queda mas está longe de representar uma reversão na trajetória da indústria nos últimos meses”, afirmou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Em relação ao mesmo mês de 2017, a produção apresentou ganho de 1,1 por cento, contra expectativa de alta de 2,3 por cento.

Os dados do IBGE mostraram que, no mês, a produção de Bens de Capital, uma medida de investimento, aumentou 1,5 por cento sobre setembro, enquanto a de Bens de Consumo Duráveis subiu 4,4 por cento, alavancada por automóveis.

Por outro lado, a fabricação de Bens Intermediários recuou 0,3 por cento no mês, enquanto a de Bens de Consumo Semiduráveis e não Duráveis caiu 0,2 por cento. Ambas as categorias representam cerca de 80 por cento da produção industrial.

Entre os ramos pesquisados, o lado positivo ficou para as altas de indústrias extrativas (3,1 por cento), máquinas e equipamentos (8,8 por cento), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,0 por cento) e bebidas (8,6 por cento).

Mas pesaram as quedas na produção de produtos alimentícios (-2,0 por cento), metalurgia (-3,7 por cento) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,2 por cento).

“No caso dos alimentos há um deslocamento da produção de cana este ano para produção de álcool e menos produção de açúcar”, explicou Macedo.

De acordo com os dados do Produto Interno Bruto (PIB) divulgados pelo IBGE na semana passada, a indústria apresentou no terceiro trimestre crescimento de 0,4 por cento sobre os três meses anteriores.

“Em 2018, a expansão é positiva mas em desaceleração. Houve impacto político eleitoral que afetou o apetite dos empresários por investimentos e, combinado a isso, o mercado doméstico ainda tem um grande contingente de trabalhadores desempregados”, afirmou Macedo.

“2018 é um ano que não recuperou as perdas como se esperava”, completou o gerente da pesquisa, lembrando que a indústria fechou o ano passado com um crescimento de 2,6 por cento após três anos seguidos de queda.

A mais recente pesquisa Focus realizada pelo Banco Central com uma centena de economistas aponta que a expectativa é de um crescimento da indústria neste ano de 2,16 por cento, com o PIB expandindo 1,32 por cento.

Emprego na indústria cai 0,2% em outubro ante setembro

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

O emprego na indústria seguiu em queda em outubro, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 3, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As vagas de trabalho no setor caíram 0,2% em relação a setembro, já descontados os efeitos de calendário.

“Com a revisão dos números dessazonalizados dos meses anteriores, o emprego passou a registrar a sexta queda consecutiva. A queda mensal tem sido pequena – no período, a queda acumulada é de 1%”, considerou o documento.

Da mesma forma, o nível de emprego da indústria brasileira em outubro foi 0,2% inferior ao registrado no mesmo mês de 2017. Considerando o período de janeiro a outubro de 2018, porém, o emprego na indústria foi 0,3% melhor que o acumulado no mesmo período do ano passado.

Apesar da piora no emprego em outubro, a massa salarial real dos trabalhadores da indústria cresceu 0,3% em relação a setembro. Na comparação com outubro de 2017, porém, a massa de salários paga na indústria caiu 2,5%. Considerando o período de janeiro a outubro de 2018, houve um recuo de 1,7% na massa salarial na comparação com os dez primeiros meses do ano passado.

Com menos emprego e maior massa salarial, o rendimento médio dos trabalhadores do setor também cresceu em outubro, com alta de 0,7% em relação a setembro. Ainda assim, a renda média dos funcionários das fábricas em outubro foi 2,3% menor que a do mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, o rendimento médio recuou 2,0% ante o mesmo período de 2017.

Na crise, exportadores aumentaram dependência do mercado interno, mostra CNI

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

Com a queda do consumo no Brasil, em razão da crise econômica, empresas que atuam tanto no mercado doméstico quanto internacional se viram forçadas a buscar mais negócios no exterior.

No entanto, uma pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 3, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o esforço parece ter sido em vão. A participação das exportações na receita bruta das companhias, ao invés de subir, caiu entre 2016 e 2018, indicando que nem mesmo o dólar mais favorável foi capaz de elevar a competitividade dos brasileiros.

Na comparação entre o levantamento de hoje e o anterior, feito em 2016, nota-se que a proporção de empresas cuja exportação corresponde a menos de 20% da receita subiu de 57,1% para 65,9%. Na outra ponta, o grupo de companhias que fatura mais de 80% com o mercado internacional perdeu espaço e passou a representar apenas 10,5% do total, ante 14,1% há dois anos.

O mercado interno ganhou espaço não porque a economia brasileira cresceu, mas sim porque as empresas tiveram dificuldades de conquistar clientes no exterior. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), essas dificuldades derivam de problemas estruturais do Brasil e do fato de elas ainda não terem incorporado a internacionalização como parte integral de sua estratégia de negócios.

“Os números mostram que as empresas exportam há bastante tempo, mas o seu negócio é ancorado no mercado doméstico. É importante ter um equilíbrio, dividindo

as receitas entre o mercado nacional e o internacional, para que as empresas se protejam em momentos de crise”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

O diretor ressalta ainda que, para que a economia cresça de forma sustentada, as empresas precisam colocar o mercado internacional no centro de sua estratégia. “Países como a Coreia do Sul buscaram uma orientação exportadora a partir dos anos 1970 e a China, a partir dos anos 1990. Os números mostram que, além de a internacionalização ser importante para o equilíbrio das empresas, aquelas que exportam inovam mais e pagam melhores salários”, diz Abijaodi.

O executivo destacou também que, mesmo com o dólar mais favorável para quem exporta, o mercado internacional não está mais tão demandante como há 10 anos, quando “tinha espaço para todo mundo”. “Hoje está muito mais competitivo, então é difícil para as empresas se posicionarem”, diz.

Entre as principais dificuldades destacadas pelas companhias na pesquisa, o primeiro lugar é ocupado pelas tarifas cobradas por portos e aeroportos, que consideradas altas demais por 51,8% exportadores que responderam às perguntas, numa escala de criticidade que vai de um a cinco.

Na sequência, outros três entraves considerados críticos por uma quantidade que vai 41% a 43,4% dos exportadores são a dificuldade de oferecer preços competitivos, as taxas cobradas por órgãos anuentes e os custos do transporte doméstico (da empresa até o ponto de despacho das mercadorias). No estudo, esses são os percentuais das empresas que indicaram quatro ou cinco em cada entrave – o que significa que esse entrave “impacta muito” ou que ele é “crítico”, respectivamente.

O estudo da CNI ouviu uma amostra de 589 empresas exportadoras, de todos os setores da economia, não só da indústria.

Ministério do Trabalho diz que extinção da pasta 'atenta' contra Constituição

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Futuro ministro da Casa Civil afirmou que funções serão divididas no governo de Bolsonaro

O Ministério do Trabalho afirmou que o desmembramento da pasta "atenta" contra a constituição. Mais cedo, o futuro ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni, afirmou que o ministério seria extinto e suas atribuições divididas entre Economia, Cidadania e Justiça.

Em nota, a pasta afirma que "eventual desmembramento da pasta atenta contra o artigo 10 da Constituição Federal, que estabelece a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação".

Ainda de acordo com a nota, dissolver as funções do Ministério do Trabalho em outras pastas seria prejudicial para as negociações entre trabalhador, empregador e Estado.

Em entrevista nesta segunda-feira, Lorenzoni voltou a falar sobre o fim da pasta -- algo contrário ao dito pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) em novembro.

"O atual Ministério do Trabalho como é conhecido ficará uma parte no ministério do doutor [Sergio] Moro [Economia], outra parte com Osmar Terra [Cidadania] e outra parte com o Paulo Guedes, lá no ministério da Economia, para poder tanto a parte do trabalhador e do empresário dentro do mesmo organograma", afirmou Lorenzoni.

"O Ministério do Trabalho passa a estar contido, majoritariamente, no Ministério da Justiça. Lá estará a secretaria que cuida das cartas sindicais, que foi foco de problema. Vai estar sob controle do de Moro para combater problemas. Envolve a concessão de carta sindical", disse Onyx.

Segundo ele, em Economia ficará parte do Ministério do Trabalho como a gestão do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Já Cidadania cuidará de temas como economia solidária e políticas públicas para emprego e renda.

Relator da reforma trabalhista deve assumir área no ministério de Guedes

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Rogério Marinho é preferido de Guedes; Trabalho e Previdência ficam com Secretaria da Receita

Com a extinção e partilha do Ministério do Trabalho, anunciada nesta segunda (3), o relator da reforma trabalhista, o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), é cotado para ocupar o cargo de secretário adjunto na Secretaria de Trabalho e Previdência. A secretaria ficará dentro do superministério da Economia, que está sendo criado na gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Marinho é o preferido pelo futuro titular da pasta, o economista Paulo Guedes. Pelo organograma em estudo, Trabalho e Previdência ficam dentro da Secretaria da Receita, que será comandada por Marcos Cintra.

O relatório de Marinho, aprovado pelos deputados em abril do ano passado, alterou cerca de cem pontos da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], atendendo a pleitos históricos do empresariado. A nova lei criou, por exemplo, a figura do trabalhador intermitente –sem garantia de jornada fixa– e reforçou a terceirização da atividade-fim das empresas.

Personagem importante do governo Temer, Marinho recebeu recursos de vários empresários (arrecadou R\$ 1,6 milhão) durante a campanha eleitoral deste ano, mas não conseguiu se reeleger.



Relator da reforma trabalhista, Rogério Marinho - Alex Ferreira/Câmara dos Deputados
O futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou em entrevista nesta segunda que o governo de Jair Bolsonaro vai extinguir o Ministério do Trabalho.

Segundo Onyx, as atribuições da pasta serão divididas entre Economia, Cidadania e Justiça.

Trata-se de uma mudança em relação ao que foi afirmado pelo presidente eleito em novembro, que disse que a pasta seguiria com status de ministério.

"O Ministério do Trabalho vai continuar com status de ministério, não vai ser secretaria. Vai ser Ministério 'Disso, Disso e do Trabalho', como [cita como exemplo] Ministério da Indústria e Comércio", afirmou Bolsonaro em 13 de novembro, uma semana depois de dizer que extinguiria a pasta.

O novo desenho envolvendo Trabalho foi apresentado por Onyx em entrevista à rádio Gaúcha. Segundo ele, ficará sob a gestão de Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) a secretaria que trata de concessão sindical.

"A face mais visível, e que a imprensa brasileira registrou por inúmeras vezes os problemas que ocorriam naquela pasta, de desvios, problemas graves de corrupção, então aquele departamento ou secretaria do ministério do Trabalho que cuida disso, vai lá pro doutor Moro, vai ficar no ministério da Justiça e da Segurança", disse.

Ele acrescentou ainda que o combate ao trabalho escravo também deve ficar com o Ministério da Justiça. "A parte de fiscalização vai lá junto para o Moro, se não me falha a memória. A princípio deve ficar também com doutor Moro."

Ainda de acordo com o ministro, as políticas públicas que tratam de emprego serão divididas entre o Ministério da Economia, para o qual foi escolhido Paulo Guedes, e Cidadania, que será assumido pelo deputado federal Osmar Terra (MDB-RS).

Onyx explicou que o desenho do primeiro escalão está quase concluído. A previsão é de que a estrutura seja anunciada ainda esta semana, durante visita de Bolsonaro a Brasília.

"Nós vamos ter 20 ministérios funcionais. E tem dois que são eventuais, caso do Banco Central, que quando vier a independência deixa de ter status, e o segundo AGU (Advocacia-Geral da União), pretendemos fazer ajuste constitucional, e quando tiver definido."

Bolsonaro já anunciou 20 ministros e deve escolher esta semana o chefe de Meio Ambiente. Ainda falta definir se a pasta de Direitos Humanos terá status de ministério. Segundo Onyx, Damares Alvez é a mais cotada para o posto.

Damares é advogada e trabalha como assessora no gabinete do senador Magno Malta (PR-ES), um dos políticos mais próximos de Bolsonaro na campanha e que foi derrotado nas eleições de outubro, quando disputou a reeleição.

Parecer do Trabalho e da AGU vê ilusório argumento de país mais livre para extinguir pasta

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ministro Caio Vieira de Mello diz que o fim da pasta é incompatível com a Constituição

O ministro do Trabalho de Michel Temer, Caio Vieira de Mello, aprovou um parecer jurídico que considera "ilusório argumento" a extinção da pasta a fim de tornar as relações econômicas "mais livres" no Brasil.

O governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), vai tirar da área o status de ministério. Nesta segunda-feira (3), foi anunciada a incorporação das atribuições da pasta à Economia, Justiça e Cidadania.

De autoria do advogado da União Moacir Barros, o texto publicado na sexta-feira (30) no Diário Oficial da União diz que o fim da pasta é "incompatível com a Constituição". Ele destaca três artigos que serão violados.

"Eventual desmembramento e dissolução das atribuições do Ministério do Trabalho em outras partes teria o condão de repercutir negativamente na eficiência da promoção de políticas públicas de trabalho e emprego do país, em contrariedade ao artigo 37, caput, da Constituição", escreve Barros.

Esse artigo trata, no que se chama no direito, do princípio da eficiência da administração pública, introduzido pela emenda 19, de 1998.

O advogado da União, chancelado pelo ministro, também afirma que o fim da pasta "atenta contra o artigo 10, da Constituição, que estabelece a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação".

Ainda segundo Barros, desmembrar ou dissolver as funções do órgão é incompatível com um dos fundamentos da República —o valor social do trabalho—, previsto no artigo 1º da Constituição.

O parecer também destaca mais três artigos desrespeitados: 7º, 8º e 193.

"Em razão das disposições constitucionais tratadas nesta manifestação, acredita-se que não se pode simplesmente abrir mão do principal órgão responsável pela promoção das políticas públicas de trabalho e emprego, sobretudo sob o ilusório argumento de que a extinção tornará as relações econômicas e os negócios no país mais livres."

Nesse sentido, ele cita que nações livres, como Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, têm departamentos e ministérios destinados à promoção de políticas públicas para essa área.

A fim de reforçar sua argumentação contra o fim da pasta, o advogado da União sustenta ainda que súmula do STF (Supremo Tribunal Federal) reconhece a atribuição exclusiva do Ministério do Trabalho de registrar entidades sindicais.

Ele lembra também que o Brasil é membro fundador da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e, com a proposta do futuro governo de Bolsonaro, desrespeitará duas convenções das quais o país é signatário.

"Esta pasta mostra-se responsável pelo recolhimento, pela compilação e pela publicação periódica das estatísticas básicas de trabalho no país, em cumprimento às obrigações internacionalmente assumidas pelo Brasil por meio da Convenção nº 160, da OIT."

Um exemplo deste trabalho é desempenhado pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que, mensalmente, divulga o número de postos formais gerados no país.

Segundo Barros, o país desrespeitaria a Convenção nº 144 do organismo internacional. Ambas as matérias da OIT tratam da relação tripartite —trabalhadores, empregadores e Estado— sobre direitos e obrigações trabalhistas.

A consulta foi feita pela Secretaria-Executiva do ministério na terça-feira (27), aprovada na quinta (29) e publicada no dia seguinte no Diário Oficial da União como despacho do ministro Vieira de Mello.

O Ministério do Trabalho foi criado no dia 26 de novembro de 1930 por Getúlio Vargas.

Balança comercial tem superávit de US\$ 4,062 bilhões em novembro

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,062 bilhões em novembro, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O valor é 14,7% maior do que o registrado em novembro do ano passado. Na quinta semana de novembro (26 a 30), o saldo comercial foi de um superávit de US\$ 688 milhões.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 20,922 bilhões, uma alta de 25,4% ante novembro de 2017. Já as importações chegaram a US\$ 16,860 bilhões, um salto também de 28,3% na mesma comparação.

No mês, houve um aumento nas vendas de produtos básicos (+40%), manufaturados (+25%), e de semimanufaturados (4,5%).

Pelo lado das importações, houve alta de combustíveis e lubrificantes (+12,6%), bens intermediários (+11,2%), bens de capital (+170,2%) e bens de consumo (-7,1%).

De janeiro a novembro, o superávit comercial soma US\$ 51,698 bilhões, saldo 14,6% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. A previsão do governo para 2018 é que o saldo da balança comercial ficaria em um superávit pouco acima de US\$ 50 bilhões.

Fitch: melhora de nota do Brasil depende de qual reforma será aprovada

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A agência de classificação de risco Fitch Rating poderá rever a nota brasileira, fixada em BB- em fevereiro deste ano, caso o novo governo consiga aprovar reformas no Congresso, principalmente a da Previdência. A definição da nota, no entanto, não dependerá exclusivamente da aprovação, mas do modelo de reforma que sair da discussão entre os parlamentares.

“Em havendo a passagem das reformas, olharemos no que essas reformas impactam na trajetória fiscal do Brasil no longo prazo. Nossa preocupação é com a sustentabilidade da dívida no médio e longo prazos”, afirmou o presidente da agência no Brasil, Rafael Guedes, após participar de evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro.

Segundo Guedes, a reforma da Previdência é a mais importante, mas outras, como a tributária, também são importantes. Para mexer na nota do Brasil e sinalizar ao investidor de que o cenário de aposta no País melhorou, “dependerá de qual reforma da Previdência será aprovada”, acrescentou ele.

O modelo de capitalização, por exemplo, possui um custo muito alto para as contas públicas num momento em que, em sua opinião, o Brasil não teria como arcar. “Teria que ter uma série de ajuste para abrir espaço fiscal”, afirmou.

A sinalização de redução dos gastos pode interferir na decisão, segundo Guedes. “Havendo uma inflexão e tão mais rápido seja a queda do endividamento, os analistas podem se sentir confortáveis a dar uma boa notícia de aumento da nota do Brasil”, acrescentou.

Programa de desligamento voluntário da Caixa supera 1,6 mil adesões

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A nova fase do programa de demissão voluntária da Caixa Econômica Federal alcançou 1.685 adesões, conforme informações obtidas pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. A estimativa inicial de economia gerada com o programa é, conforme o banco público, de aproximadamente R\$ 314 milhões ao ano.

A segunda fase do Programa de Desligamento de Empregado (PDE) da Caixa, lançado no dia 26 do mesmo mês, superou a meta estabelecida pela instituição, cujo limite máximo de desligamentos estava fixado em 1,6 mil empregados.

Ao Broadcast, o presidente do banco, Nelson de Souza, afirmou que a etapa bem-sucedida do programa demonstra que é possível ser público e ao mesmo tempo eficiente.

“A receita é gestão de excelência e fazer o que tem que ser feito: redução de despesas, redução de inadimplência e foco em negócios rentáveis e sustentáveis”, destacou o presidente da Caixa, em nota ao Broadcast.

A nova etapa do programa de demissão voluntária, conforme o banco público, visou dar continuidade aos ajustes de estrutura que a Caixa vem fazendo diante do atual cenário competitivo e econômico, em busca de mais eficiência. No final de setembro, o índice de eficiência operacional da instituição alcançou o patamar de 45,8%, melhor marca da história do banco.

As últimas edições dos planos de desligamento voluntários, realizados em 2017 e 2018, tiveram a adesão de 8,6 mil empregados. A economia das últimas edições ultrapassou R\$ 1,69 bilhão por ano.

Gestão do FGTS ficará no Ministério da Economia, diz Onyx

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

O ministro extraordinário da transição, Onyx Lorenzoni, afirmou que o futuro Ministério da Economia, que será comandado por Paulo Guedes, ficará responsável pela gestão do FGTS, que reúne recursos de trabalhadores e ajuda a financiar uma série de políticas públicas. O ministro, no entanto, não esclareceu se esse será o mesmo destino do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os dois fundos hoje estão sob o guarda-chuva do Ministério do Trabalho, que será extinto e terá suas atribuições redistribuídas entre as pastas da Justiça, da Economia e da Cidadania. Esse é o desenho apresentado nesta tarde por Onyx, que será ministro-chefe da Casa Civil no futuro governo de Jair Bolsonaro.

Segundo Onyx, na Justiça ficará a secretaria de registros sindicais, que foi foco de investigações recentes. “No Ministério da Economia estará outra parte muito importante, uma menor (ficará) na Cidadania”, afirmou o ministro, dizendo que os detalhes ainda estão sendo decididos pela transição.

Sob o comando de Guedes, Onyx adiantou que devem ficar as partes de fiscalização e de políticas pública para emprego. “Depois tem ajustes finos”, disse. Segundo ele, toda essa divisão ainda está sendo debatida entre Guedes e o futuro ministro da Justiça, Sergio Moro.

Governo não pode ter pressa para aprovar reforma da Previdência, diz Onyx

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Futuro ministro de Bolsonaro afirma que, 'se Deus quiser', aprovação ocorrerá no primeiro ano

Futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni defendeu nesta segunda-feira (3) que o próximo governo não deve ter pressa para aprovar a reforma da Previdência. Com o argumento de que os parlamentares que assumem no próximo ano precisam de tempo para adaptação, Onyx evitou se comprometer com um prazo para aprovar uma reforma previdenciária e disse que é preciso ter parcimônia e paciência.

"Temos quatro anos para garantir o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. [...] Não dá para chegar aterrorizando", disse o futuro ministro.

Onyx afirmou que, "se Deus quiser", a aprovação da medida ocorrerá no primeiro ano de governo.

Uma reforma nas regras de aposentadoria e pensão é considerada por economistas como uma prioridade para ajustar as contas públicas. Até o momento, contudo, não estão claros os detalhes da proposta que o novo governo deve apresentar ao Congresso Nacional.

Na última semana, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, chegou a dizer que o governo não pode salvar o Brasil "matando idoso" e disse que a proposta atual, enviada pelo presidente Michel Temer, não é justa.

"Sempre dissemos que queremos apresentar modelo para durar 30 anos. Quem pretende que modelo dure 30 anos e seja implantado gradualmente não pode ter açodamento. Tem muita coisa que podemos fazer para o Brasil voltar a crescer e dando tempo para que Congresso se ajuste", disse Onyx.

O futuro ministro defendeu a introdução do modelo de capitalização, com contas individuais —ou seja, em que cada trabalhador financia sua própria aposentadoria. Esse é o desenho da proposta de governo de Bolsonaro, que não detalhou o tema.

Onyx disse que o governo tem consciência de que fazer uma reforma da Previdência é um dever, mas que ela deve ser conduzida com prudência e "bastante transição". O ministro, que será responsável pela articulação com o Congresso, não deu uma previsão de apresentação do texto pela equipe de Bolsonaro.

"A gente tem prazo, não precisa colocar dia 2, 3, 4 de janeiro", disse. "A nossa dificuldade passa por um Congresso que vem bastante renovado e a gente precisa fazer direito."

Integrantes do governo Bolsonaro já deram sinais divergentes sobre o tema. Onyx já chegou a questionar o deficit da Previdência e, em 2017, já qualificava a reforma de Michel Temer como "mediocre, pouco inteligente e insuficiente".

Ao explicar como será a relação da nova gestão com o Congresso, o futuro ministro afirmou que o governo vai compreender quando um parlamentar não votar a favor de uma proposta do Executivo por questões pessoais, como as de foro íntimo ou o compromisso com algum segmento específico.

"Não haverá força de barra de que tem que entregar voto. Quando dá para votar, ok. Quando não dá, explica", disse.

Número de recuperações judiciais crescem 2,2% até novembro, segundo birô

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Casos grandes como das livrarias Cultura e Saraiva são tratados como exceção

O número de recuperações judiciais nos últimos 12 meses até novembro teve um leve acréscimo, de 2,2%, em relação ao período anterior, segundo o Boa Vista SCPC.

Outros indicadores de desempenho de empresas, como os pedidos de falência, tiveram redução.

A tendência é de melhora generalizada, segundo Vitor França, economista do birô de crédito.

“A série histórica deixa nítido o movimento de recuperação; em 2018 houve queda significativa na inadimplência das empresas, o que se reflete na diminuição de requerimentos de falência.”

Os casos de pedidos de recuperação judicial de duas grandes livrarias, a Saraiva e a Cultura, são pontuais e não refletem uma piora financeira, segundo França.

“O que aconteceu nesse segmento foi específico com as grandes redes de varejo de livros, não com todas, e fruto de decisões empresariais.”

Carga tributária brasileira chegou a 32,4% do PIB em 2017

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Segundo a Receita, Brasil tem maior carga da América Latina, com exceção de Cuba

Com a alta de impostos sobre combustíveis, a carga tributária atingiu 32,43% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano passado, o maior valor em quatro anos, segundo números divulgados nesta segunda-feira (3) pela Receita Federal.

Na comparação com 2016, a carga teve uma leve alta de 0,14 ponto percentual, que pode ser atribuída principalmente, segundo o órgão, à elevação de PIS/ Cofins sobre combustíveis (gasolina e diesel) em 2017.

O Brasil possui uma carga tributária em patamar similar ao de países desenvolvidos, que devolvem os impostos à sociedade na forma de serviços de maior qualidade. Quando a comparação é com países da América Latina, em 2016 o Brasil só perdia para Cuba, que possuía carga tributária de 41,7%, segundo a Receita.



Carga tributária em 2017 chegou a 32% do PIB - Ronny Santos/Folhapress

A carga média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entidade considerada uma espécie de clube de nações ricas, foi de 34,3% do PIB no ano retrasado.

Mesmo estando levemente abaixo da média, o Brasil paga mais impostos em relação ao seu produto bruto do que países como EUA (26%), Chile (20,4%), Canadá (31,7%) e Israel (31,2%), por exemplo.

Ao mesmo tempo, paga menos que países como Dinamarca (45,9% do PIB), Suécia (44,1% do PIB, Noruega (38% do PIB) e Alemanha (37,6% do PIB), por exemplo, que são conhecidos por oferecer a seus cidadãos fortes redes de proteção social.

A Receita ponderou que, apesar da elevada carga tributária, houve uma redução nessa relação entre impostos e PIB na última década. Em 2007, de acordo com o órgão, a carga era de 33,65% do produto.

"Do ponto de vista histórico, observa-se que no período de 2007 a 2016 o Brasil promoveu uma redução na carga tributária, ao passo que a média dos países da OCDE apresentou aumento", afirmou o órgão no levantamento.

Estudo mostra que robôs elevam o PIB e geram emprego

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-12-2018)

Relatório aponta EUA atrás na adoção da automação; evitá-la fará país perder postos de trabalho para exterior

Os robôs talvez roubem nossos empregos, mas há indícios cada vez mais firmes de que os trabalhadores têm tudo a ganhar com a presença deles. Quanto mais robôs um país tem, maior é seu PIB (Produto Interno Bruto) e mais ricos, em média, seus cidadãos.

Os países que resistem à automação ficam para trás na criação de riqueza e de empregos. Isso pode parecer insano dado o medo de que computadores, robôs e inteligência artificial eliminem metade dos empregos humanos nos próximos 20 anos.



Robô em evento de robótica no Japão; país está entre os líderes de automação - Behrouz Mehri/AFP

Também parece arriscado, da perspectiva dos executivos de primeiro escalão, porque nem todos os robôs são adequados a todos os trabalhos. Robôs subutilizados custam mais caro do que uma força de trabalho humana que atenda à demanda sazonal.

Para a economia como um todo, a automação causa alta nos preços dos bens e serviços. Os seres humanos se provaram inventivos sobre como gastar qualquer dinheiro adicional que obtenham, o que resulta em novos negócios —e mais empregos. Relatório recém-lançado pela Fundação de Inovação e Tecnologia da Informação (Itif, na sigla em inglês) argumenta que os Estados Unidos estão ficando para trás na adoção de robôs.

Um novo índice compilado pela organização, um dos principais institutos de pesquisa sobre ciência e tecnologia, compara o ritmo de adoção de robôs industriais em diferentes países e pondera os resultados levando em conta o salário médio dos trabalhadores nesses países e setores.

A Itif constatou que os Estados Unidos adotam robôs em ritmo bem inferior ao "esperado". A China, por outro lado, tem ritmo tão superior ao de todos os demais países que, em uma década, pode ser líder em adoção no planeta, pelo critério de comparação com a média salarial dos trabalhadores.

Quando surgiu o computador digital, na Segunda Guerra Mundial, quem teria predito que, em 2022, a América do Norte teria 265 mil mais postos de trabalho na área de segurança da computação?

Há quem argumente que não existe precedente histórico para a atual onda de inovação. Uma dessas pessoas é Kai-Fu Lee, ex-presidente das operações chinesas do Google.

Lee acredita que ela terá efeitos tão fortes quanto os da chegada da eletricidade ou do vapor, mas acontecerá muito mais rápido.

A automação toma muitas formas, mas os robôs são um foco útil, porque substituem os trabalhadores de baixa capacitação, na indústria e em outros trabalhos braçais. Um estudo recente sobre a adoção de robôs em 17 países constatou que seu uso ampliado respondia por 0,36% do aumento no índice de produtividade por hora de trabalho.

O número pode parecer baixo, mas representa substanciais 15% do crescimento total da produtividade. Não surpreende que a adoção de robôs também tenha ajudado a reduzir os preços dos produtos que eles ajudam a produzir.

Isso levou algumas pessoas, especialmente nos EUA, a apelar por uma aceleração no ritmo de adoção de robôs.

“Ou você adota a automação ou verá empregos transferidos ao exterior para países que o fazem”, disse Robert Atkinson, fundador e presidente da Itif.

No geral, os EUA ocupam a sétima posição mundial quanto à relação entre número de robôs e número de trabalhadores industriais, mas esse indicador se traduz em apenas dois robôs para cada cem operários. Na Coreia do Sul, a relação é sete para cem.

Há diversos motivos para que as empresas americanas não empreguem maior número de robôs, diz Daron Acemoglu, professor de economia no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

Uma delas é que o país não enfrenta as mesmas pressões demográficas que a Alemanha e o Japão. A escassez de trabalhadores e os altos salários levaram esses países a tomar a liderança no uso de robôs.

A Itif estabeleceu uma correlação entre a adoção de robôs e o crescimento do PIB, mas a maneira pela qual esse aumento de riqueza é distribuído depende de como o país adota essas tecnologias, diz Irmgard Nübler, economista sênior da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em Genebra.

Ela diz que a adoção da automação passa por duas fases iniciais: deslocamento de trabalhadores e depois crescimento do emprego.

Nübler acredita que a desigualdade recorde vista nos EUA em 2018 indique que estamos no ponto de inflexão entre essas duas fases. Sem políticas em vigor para enfrentar esses impactos, a desigualdade surgida na primeira fase pode persistir.

A última vez que vimos uma transição tecnológica como essa foi nas décadas de 1920 e 1930, quando a eletricidade e em seguida o automóvel criaram uma terceira revolução industrial.

O que surgiu em seguida foram “novas instituições e novos movimentos sociais”, ela diz, à medida que a sociedade se ajustava às mudanças na natureza do trabalho.

Um resultado foi o “movimento do ensino secundário”, quando a educação de segundo grau se tornou tanto gratuita quanto compulsória e preparou toda uma geração de americanos para deixar o trabalho rural e se tornar trabalhadora industrial, de escritório e de serviços. A era também viu a ascensão dos sindicatos e a introdução da previdência social.

A onda atual de robotização pode exigir planejamento econômico, algo que desagrade aos Estados Unidos desde a onda de desregulamentação econômica da década de

1970, argumenta John Spoehr, diretor do Instituto de Transformação Industrial da Austrália.

A expansão da rede de segurança social nos EUA, para enfrentar perturbações de curto prazo, resultou em propostas de toda espécie.

Bill Gates, o filantropo e cofundador da Microsoft, sugeriu que haja um imposto sobre os robôs. Muita gente no Vale do Silício favorece um esquema de renda básica universal.

Stockton, na Califórnia, será a primeira cidade a tentar uma medida do tipo —um pagamento mensal de US\$ 500 (R\$ 1.850), sem nenhum pré-requisito, para seus cidadãos mais pobres.

Uma coisa que podemos fazer nesse meio-tempo, argumenta Acemoglu, é o que ensinamos aos estudantes, ainda que estejamos começando a pensar em qual seria o equivalente do movimento do ensino secundário, na era da inteligência artificial, big data e robótica.

“Não muita gente está pensando sobre as capacitações de que vamos necessitar no futuro”, diz.

BNDES manter desembolsos de 2018 nos níveis de 2017 é positivo, diz Moody's

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A Moody's apontou como positiva a decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de manter seu nível de desembolsos em 2018 nos patamares adotados em 2017. Na semana passada, o banco informou que vai manter os volumes em R\$ 70 bilhões em 2018, estável ante 2017 e ao período antes da crise global financeira de 2008.

“O plano é positivo para o BNDES, porque permitirá que o banco reduza o tamanho de seu balanço financeiro ao pagar empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional durante 2008-14”, escreveu a agência.

A instituição acrescentou que mesmo com o ganho moderado nos empréstimos do banco, que refletem a baixa demanda em meio à recuperação econômica gradual do País, o efeito positivo de crédito sobre a liquidez e o capital do BNDES garante que ele possa manter um crescimento de crédito sustentável e disciplinado nos próximos anos.

“Esperamos que o BNDES mantenha uma posição dominante e importante no mercado de empréstimos de longo prazo e financiamento de infraestrutura e, como resultado, será desafiado a encontrar fontes de financiamento alternativas e independentes, sem o apoio do governo”, defendeu a agência, destacando os ganhos de outras fontes como debêntures de infraestrutura.

Cenário externo acende sinal amarelo para investidores na Bolsa em 2019

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

Embalada por forte expectativa após a eleição de Jair Bolsonaro, a Bolsa de Valores chegou a atingir o patamar de 90 mil pontos na sexta-feira, em máxima histórica. No entanto, apesar da aposta de especialistas de que a valorização do mercado acionário brasileiro deva ocorrer com força em 2019, um cenário externo mais hostil a ativos de risco pode frustrar as previsões de analistas e investidores que decidiram se aventurar na Bolsa.

Um dos principais motivos é que, em 2019, o cenário de aumento das taxas de juros pelos bancos centrais nas principais economias do mundo deve continuar. Com isso, ativos em países emergentes podem ser penalizados, com um fluxo global de dinheiro migrando para os Estados Unidos.

Diante desse enxugamento de liquidez, o analista Nicolas Takeo, da Socopa, acredita ser prematuro considerar que o Brasil terá potencial para se destacar ante outros emergentes. "É difícil mensurar algumas questões que ainda estão em aberto, como a guerra comercial, o Brexit e os juros nos EUA. A política monetária americana ainda não é tão clara e depende de alguns fatores, como inflação e efeitos dos estímulos fiscais", afirma.

No exterior, os investidores não têm se mostrado tão otimistas com o mercado acionário brasileiro. No ano, até 27 de novembro, o saldo líquido dos recursos aplicados por estrangeiros na B3 era negativo em R\$ 9,7 bilhões – maior volume de saídas registrado desde a crise financeira de 2008.

O estrategista responsável por mercados emergentes do Deutsche Bank Securities, Drausio Giacomelli, afirma que os estrangeiros não comprarão mais promessas do Brasil, que já falhou anteriormente e precisará de medidas concretas para atrair capital de fora.

Outras preocupações dos especialistas incluem uma possível crise imobiliária na China, o agravamento das tensões comerciais entre o gigante asiático e os EUA, a desaceleração da economia global e o possível fim de um longo ciclo de alta na bolsa americana.

O Índice S&P 500, que reúne as 500 principais empresas listadas na Bolsa dos EUA, passa por longo ciclo de alta, com crescimento ininterrupto desde 2008. Importantes gestores de fundos americanos têm anunciado cautela maior com o fim deste ciclo, que pode chegar no próximo ano. O S&P, que chegou a se valorizar 9,58% na sua máxima neste ano, teve perdas expressivas e chegou a zerar os ganhos no início do mês.

Entre muitos gestores no País prevalece a expectativa de que o governo cumpra com medidas de ajuste fiscal, o que abriria espaço para valorização dos papéis locais. "O Brasil está em uma situação confortável e pode se beneficiar disso. O País passou os últimos anos desarrumados e agora está se arrumando", avalia o gestor de fundos e sócio-fundador da Versa, Luiz Fernando Alves.

Risco

Bruno Marques, gestor de multimercados da XP Asset Management, avalia que é a sensação de risco internacional que provoca fuga dos investidores estrangeiros. No entanto, calcula que os fatores internos pesam mais para traçar um cenário otimista para a Bolsa. "O que está ocorrendo na nossa visão é que os investidores estrangeiros saíram por não estarem comprando o benefício da dúvida", diz.

Ele acredita que o cumprimento das reformas e ajustes trará de volta esses investidores. As apostas, diz Alves, estão voltadas ao mercado interno, especialmente em setores que não têm tanta relação com o preço de commodities. "Setor como construção e varejo devem ser o nosso foco."

Ele aposta na migração de capital externo para a bolsa brasileira à medida que o futuro governo entregar o que prometeu no que diz respeito a reformas e redução de ministérios. "Quando você olha o fluxo da bolsa, os investidores estrangeiros estão saindo daqui, saíram durante as eleições. O gringo está esperando passar as reformas."

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

Mesmo com o investidor estrangeiro cauteloso, o que pode fazer com que 2018 registre a maior retirada de recursos externos da Bolsa brasileira em dez anos, especialistas ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo afirmam que a virada do ano pode ser uma boa oportunidade para o pequeno investidor que tem apetite a risco aplicar em ações.

De acordo com eles, entre o quarto trimestre deste ano e o primeiro do ano que vem, há espaço para mais altas na Bolsa, em função do otimismo presente no mercado. Segundo Michel Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper, as perspectivas de retomada de crescimento do País com a troca de governo estão maiores. “Acho que vai ser um bom período para a Bolsa brasileira. Quem preferir esperar (para ter maior clareza sobre cenário nacional), corre o risco de perder o bonde”, diz.

Horizonte

O gestor e sócio-fundador do fundo multimercado Versa, Luiz Fernando Alves, concorda, mas lembra que o investidor também tem de pensar a médio e longo prazo. “É uma boa hora para partir para a renda variável, mas a pessoa precisa ter horizonte de quatro anos. Tem de ter estômago porque fatores externos podem sacudir o mercado. Analisando o ciclo atual, a perspectiva é boa. E ciclo vira dinheiro.”

O responsável pelas ações de renda variável da AZ Quest, Alexandre Silverio, avalia que, Brasil pode ser um destaque entre os emergentes. Isso porque, segundo Alves, o País apresenta crescimento de lucro acima dos demais emergentes, além de ter, agora, perspectivas macroeconômicas melhores, como mostram indicadores da inflação.

Além do horizonte maior que deve ser levado em conta na hora de fazer o investimento, Viriato, do Insper, faz outra alerta: quem for entrar pela primeira vez no mercado de renda variável, saindo dos títulos de renda fixa, como Tesouro Direto, por exemplo, precisa se preocupar com os altos riscos, que são desconhecidos para quem ainda não foi introduzido no mercado acionário. “Tem de ir com muita cautela. Entrar com porcentual pequeno de investimento, em fundos de menor risco, como os imobiliários, que tenham menor volatilidade.”

Experientes

Para investidores experientes e conhecedores da dinâmica da Bolsa brasileira, Viriato fala que um dos principais pontos é ter ciência de que o Brasil ainda é um País emergente, logo, representa muito risco em relação a economias maduras, como as dos Estados Unidos e países da Europa. “O investidor brasileiro tem de estar ciente que somos um País emergente. Muita gente esquece e quer alocar 60% dos recursos em bolsa. Dado o risco e a taxa de juros que temos ainda, não é adequado. Você tem de ter percentuais de alocação mais comedidos, entre 30% e 40%, no máximo.”

Além disso, é necessário estar atento aos prêmios oferecidos, ou seja, a possibilidade maior de ganhos, com melhor rentabilidade. “Com cenário mais claro, há menor prêmio, mas haverá mais certeza de retorno. O risco, normalmente, vem acompanhado de prêmio.”

Por último, o coordenador do laboratório de finanças do Insper indica que, quando já se é iniciado no mercado, uma boa opção é olhar para as bolsas estrangeiras, pensando em diversificação. “Os múltiplos estão em patamares atrativos nos Estados Unidos e, embora se desconfie lá fora, a confiança é maior que a nossa. O retorno é menor, mas é mais certo.”

IPC-Fipe sobe 0,15% em novembro e inflação acumulada no ano chega a 2,92%

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,15% em novembro, perdendo força ante a alta de 0,48% registrada em outubro e também em relação à terceira quadrissemana do mês passado, quando o avanço foi de 0,28%, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O resultado de novembro ficou perto do piso das estimativas de oito instituições colhidas pelo **Projeções Broadcast**, que iam de aumento de 0,14% a 0,25%, e abaixo da mediana das projeções, de 0,19%.

Nos primeiros onze meses de 2018, o IPC-Fipe acumulou inflação de 2,92%. No período de 12 meses até novembro, o índice apresentou ganho de 3,49%.

A desaceleração do IPC-Fipe se deveu ao comportamento de Habitação, Alimentação e Transportes. No caso de Habitação, os custos recuaram 0,06% em novembro, contrastando com o aumento de 0,16% do mês anterior. Já os preços de Alimentação tiveram alta marginal de 0,08% no mês passado, depois do salto de 1,21% visto em outubro. Os custos de Transportes, por sua vez, tiveram queda de 0,51% em novembro, quase revertendo o acréscimo de 0,54% de outubro.

Entre os demais quatro componentes do índice, a inflação se intensificou. Em Despesas Pessoais, de 0,22% em outubro para 1,14% em novembro; em Saúde, de 0,36% para 0,92%; em Vestuário, de 0,06% para 0,25%; e em Educação, de 0,04% para 0,06%. Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe em novembro:

- **Habitação: -0,06%**
- **Alimentação: 0,08%**
- **Transportes: -0,51%**
- **Despesas Pessoais: 1,14%**
- **Saúde: 0,92%**
- **Vestuário: 0,25%**
- **Educação: 0,06%**
- **Índice Geral: 0,15%**

Com Black Friday, varejo sobe 7,4% em novembro ante outubro, diz ACSP

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

As vendas do comércio varejista na capital paulista subiram 1,8% em média em novembro em relação a igual mês de 2017, informa a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). O resultado surpreendeu a entidade. Em relação a outubro, houve expansão de 7,4%. De janeiro a novembro, o balanço de vendas da ACSP registrou alta média de 2,1% frente a igual período do ano passado.

“Na primeira quinzena de novembro as vendas caíram, mas com a Black Friday no fim da segunda quinzena o resultado foi revertido e o varejo físico fechou o mês no azul”, comentou o presidente da ACSP e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Alencar Burti. A ACSP estimava aumento de 3% na Black Friday.

Burti ressalta que o evento não era forte no Brasil e que novembro era um mês fraco para o varejo, por estar espremido entre o Dia das Crianças e o Natal. “Por outro lado, contudo, é possível que a data tenha antecipado compras de fim ano.”

Em novembro ante igual mês de 2017, as vendas a prazo cresceram 5,5%, enquanto na modalidade à vista recuou 2%. “O juro baixo continua favorecendo os bens duráveis. E o tempo clima irregular na capital tem desfavorecido o setor de vestuário e calçados”, analisa Burti em nota.

Na comparação com outubro, o impacto da Black Friday foi ainda mais sentido. O movimento de vendas do comércio subiu em média 7,4%, com alta tanto a prazo (2,6%) quanto à vista (12,1%), mesmo com dois dias úteis a menos do que outubro.

“A Black Friday das lojas físicas é diferente do e-commerce. Enquanto neste prevalecem vendas de bens duráveis, em especial eletrônicos, naquelas os destaques são os bens de menor valor. Neste ano, os supermercados e as lojas de variedades foram fortes na data comercial”, diz Burti. Os dados são elaborados pelo Instituto de Economia Gastão Vidigal da ACSP com amostra fornecida pela Boa Vista SCPC.

Alta na venda de carros novos não é acompanhada pela de veículos usados

04/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Financiamento de automóveis zero subiu 14% até novembro, enquanto de seminovos ficou estável

O financiamento de carros novos teve um crescimento de quase 14% neste ano, enquanto o de usados está praticamente igual ao de 2017 —houve uma variação positiva de 0,24%.

Os dois mercados costumam ter desempenhos paralelos, segundo Elis Siqueira, estatístico da Fenauto (federação dos revendedores de veículos usados).

“Os dois nichos são interligados e funcionam como uma engrenagem quando a economia vai bem —as famílias compram novos e levam os usados para negociar.”

A Fenauto calcula que para cada veículo zero que sai de uma concessionária, 3,5 seminovos são vendidos. Essa relação se desequilibrou com a crise econômica, diz Siqueira.

“A produção de carros caiu de 4 milhões para cerca de 2 milhões durante os anos de recessão. Se essa tendência não fosse revertida, seria fatal para o nosso setor, pois faltariam carros seminovos.”

O risco de a oferta de usados ser tão pequena a ponto de travar as vendas de novos é menor por causa de um tipo específico de cliente: as locadoras, segundo Ricardo Bacellar, sócio da KPMG.

“Parte significativa dos bons números de carros zero neste ano foi gerada por essas empresas, e geralmente elas repassam os veículos depois de um ano e meio.”

Outro fator que pode diminuir a demanda por usados são serviços de mobilidade, como os aplicativos, que não eram tão fortes como antes da crise econômica, diz.

Venda de veículos novos cresce 13,1% em novembro, diz Fenabreve

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A venda de veículos novos cresceu 13,1% em novembro ante igual mês do ano passado, informou nesta segunda-feira, 3, a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Foram 230,9 mil unidades vendidas, em soma que considera automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O volume, se comparado a outubro, representa queda de 9,3%.

O recuo em relação a outubro se deve à diferença de dias úteis. Enquanto novembro contou com 19 dias úteis, outubro teve 22. Tanto é que, na comparação entre médias diárias, a variação passa a ser positiva em 5%, para 12,1 mil carros vendidos por dia. Novembro de 2017 também teve 19 dias úteis.

No acumulado do ano até o mês passado, as vendas chegaram a 2,33 milhões de unidades, alta de 15% sobre o volume registrado em igual período de 2017.

Os automóveis e comerciais leves, que representam mais de 90% do setor, registraram 221,3 mil emplacamentos no penúltimo mês de 2018, crescimento de 12,2% em comparação a igual mês de 2017, mas queda de 9,5% ante outubro. O ano acumula 2,24 milhões de unidades vendidas, avanço de 14,1%.

Entre os pesados, as vendas de caminhões atingiram 7,7 mil unidades em novembro, expansão de 41,1% ante igual mês do ano passado, porém recuo de 2% na comparação com outubro. De janeiro a novembro, foram 68,8 mil unidades emplacadas, alta de 49,9% em relação a igual intervalo de 2017.

Os ônibus tiveram 1,8 mil licenciamentos no mês passado, alta de 28,8% em relação a novembro de 2017. Ante o resultado de outubro, no entanto, o segmento teve queda de 10,1%. O ano acumula 17,2 mil unidades vendidas, crescimento de 27,4% em relação a igual intervalo do ano passado.

Ford tem queda na venda de veículos em novembro nos EUA, mas Fiat avança

04/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-12-2018)

A Ford Motor reportou queda de 6,9% nas suas vendas de veículo em novembro, para 145.495, na comparação com igual mês do ano passado. A Fiat Chrysler, por outro lado, registrou avanço de 17%, para 181.310 veículos, na contramão da maioria das outras montadoras no período. Analistas estimam que, no total, as vendas de veículos nos EUA tenham caído 2% nos EUA em novembro, na comparação anual.

Os resultados da Fiat foram impulsionados pelas marcas Jeep e Ram, com altas de 12% e 44% no ano, respectivamente. Já as marcas Fiat e Chrysler tiveram ambas quedas de dois dígitos na mesma comparação.

Entre as montadoras japonesas, a Toyota Motor e a Hong Motor registraram queda em suas vendas em novembro nos EUA. A Toyota registrou baixa de 0,6% no ano, para 190.423 veículos, enquanto a Honda teve recuo de 9,5%, para 120.534 unidades.

Porsche quer dar mais usos ao sistema de navegação dos carros

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-12-2018)

Companhia anuncia cooperação com a Mapbox para desenvolver mapas que gerem informação e engajamento

Em um mundo cada vez mais focado nos carros autônomos, até a **Porsche** está preocupada em como manter divertida a experiência dos condutores e passageiros dentro de seus supercarros. A companhia firmou cooperação com a Mapbox, uma plataforma aberta de desenvolvimento de mapas personalizados.

A ideia, apontam as empresas, é ir muito além dos prosaicos sistemas de navegação que se restringem a guiar as pessoas de um ponto a outro. Segundo a montadora, o plano é usar os mapas como um meio de gerar engajamento e garantir uma nova experiência a bordo do veículo.

As parceiras evitaram determinar objetivos precisos para a cooperação. A expectativa

é de que a Porsche implemente nos automóveis mapas com recursos sociais que permitam ao usuário interagir com outras pessoas na plataforma e explorar lugares e pontos de interesse. A parceria com a Mapbox soa como uma aposta certa se o objetivo é gerar engajamento. A plataforma é responsável pelo sistema de localização e mapeamento de aplicativos de enorme sucesso, como o Tinder e o Snapchat.

Motos anotam alta de 10,7% no acumulado do ano

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-12-2018)



Vendas até novembro superaram as 856,3 mil unidades com ajuda de consórcio e CDC

A venda de **motos** em novembro chegou a 76,8 mil unidades e anotou queda de 7,8% em relação a outubro. No **acumulado do ano**, o setor atingiu 856,3 mil emplacamentos, um total 10,7% mais alto que o do mesmo período do ano passado.

A média diária de vendas do mês se manteve próxima a 3,8 mil unidades, mas se aproxima de 4,5 mil unidades quando se leva em conta que os feriados prolongados resultaram em apenas 17 dias úteis em boa parte do País. Os números foram divulgados pela Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

O ano de 2018 é o primeiro de recuperação do setor de motocicletas após seis quedas seguidas, de 2012 a 2017. A Fenabreve atribui o crescimento atual aos consórcios, ao aumento na concessão de crédito por CDC e também à confiança do consumidor. Um crescimento mais consistente, porém, só virá com a recuperação dos empregos, já que a maior parte das vendas de moto se concentra nas classes C, D e E.

A Honda mantém fatia próxima a 80% do segmento e teve 679,4 mil unidades emplacadas até novembro, 12,4% a mais do que em igual período do ano passado. Da vice-líder, Yamaha, foram 117,5 mil motos e crescimento de 12,2%. A fatia da Yamaha é próxima a 14%.

Vendas de caminhões e ônibus crescem 45% no ano

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-12-2018)



Feriados de novembro não esfriaram a demanda em alta do setor de pesados

As vendas de **caminhões e ônibus** somaram em novembro 9,6 mil unidades e registraram pequena queda de 3,7% em relação a outubro por causa do menor número de dias úteis (20, ante 22).

A média diária “oficial” de emplacamentos caiu em relação ao mês anterior, mas quando se consideram os 17 dias úteis que o mês teve na prática em boa parte do País, essa média passa das 470 unidades e registra alta de 9,5% sobre a de outubro.

O acumulado do ano teve 86 mil caminhões e ônibus lacrados e alta de 44,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionários.

A maior recuperação tanto em porcentagem como em volume é a dos caminhões, que nestes 11 meses totalizaram 68,8 mil licenciamentos e cresceram 49,9% sobre iguais meses de 2017. O número até novembro é próximo daquilo que a Fenabrave havia projetado para todo o ano (leia [aqui](#)).

O segmento vem crescendo especialmente por causa do agronegócio e consequente venda de modelos pesados, mas os semipesados também mostram boa recuperação por causa do varejo e do transporte de mercadorias e bebidas.

O licenciamento de ônibus no acumulado até novembro foi de 17,2 mil unidades e anotou acréscimo de 27,4%. O segmento foi favorecido neste ano pelo aumento nas vendas de modelos rodoviários e também por compras governamentais para o programa Caminho da Escola. Um crescimento mais significativo é esperado para 2019 com as licitações para o transporte público em grandes capitais como São Paulo.

BorgWarner prevê crescimento consistente no Brasil

04/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-12-2018)



Vitor Maiellaro, diretor geral da BorgWarner: produção acelera no Brasil Fabricante soma 5 milhões de turbos produzidos no Brasil e projeta expansão em todas as áreas de atuação

A **BorgWarner** alcançou este mês a marca de 5 milhões de turbocompressores produzidos no Brasil e distribuídos em toda a América do Sul desde 1975, quando instalou-se em Campinas (SP) ainda como Schwitzer, comprada em 1999 pela Borg.

“É um número significativo se levar em conta que a empresa durante a maior parte de sua história aqui só fabricava turbos para veículos diesel. O crescimento começou a acelerar nos últimos três anos, quando começamos a produzir aqui turbos para carros flex, segmento que deve avançar mais no futuro”, pondera Vitor Maiellaro, diretor geral da operação brasileira.

Hoje a empresa fornece turboalimentadores para a maioria das marcas de caminhões, ônibus, vans e picapes na América do Sul, tanto para linhas de produção como para o mercado de reposição, e desde 2015 equipa os motores flex EA 211 1.0 e 1.4 TSI feitos pela Volkswagen em São Carlos (SP) e usados no Up!, Polo, Virtus e Golf.

Nos próximos anos a previsão é de crescimento das vendas porque mais veículos leves devem adotar motores turboalimentados no Brasil. Além disso, a recuperação do mercado de veículos comerciais pesados está acelerando a produção Na fábrica de Itatiba (SP).

“Passamos por um ano de forte recuperação, devemos encerrar 2018 com cerca de 20% de crescimento (sobre 2017) e em 2019 esperamos por mais dois dígitos percentuais gordos de expansão”, projeta Maiellaro.

Segundo o executivo, devido ao ritmo de alta da produção, a parada de fim de ano não deve passar de uma semana. “Os pedidos aumentaram e também estamos exportando bastante, principalmente para a linha de vans Sprinter da Mercedes-Benz fabricadas na Argentina, que usam o turbo que fazemos aqui no Brasil”, diz Maiellaro.

CRESCIMENTO EM TODAS AS DIVISÕES E NOVO PRODUTO EM 2019

A BorgWarner experimenta expansão não só em sua unidade de negócio de turbos, a mais antiga e representativa no País, mas também nas demais divisões, que aumentaram de duas para cinco em apenas três anos.

A fábrica de Itatiba, inaugurada em 2013 para expandir as atividades e substituir a unidade de Campinas que ficou apertada, comemora a produção de 3 milhões de embreagens viscosas (elemento para ventiladores de arrefecimento de veículos pesados), o segundo produto da Borg feito no País. Mais recentemente, em 2015, a unidade começou a fabricar correntes de sincronismo de motor, componente que está ganhando novos contratos de fornecimento no mercado brasileiro.

No ano que vem está prevista a nacionalização de mais um componente em Itatiba: o variador de fase do eixo de comando de válvula, identificado como VCT ou VVT, que regula de forma variável a abertura de válvulas de admissão e escape para aumentar a eficiência do motor, uma tecnologia cada vez mais aplicada no Brasil.

O VVT começa a ser fabricado em 2019 em uma nova linha de produção na fábrica para atender o projeto de um novo cliente fabricante de veículos conquistado pela empresa.

A BorgWarner também comemora marcos de produção em outras plantas brasileiras. A fábrica Brusque (SC), unidade base de operações no País da divisão Power Drive System na América do Sul, comprada da Remy em 2015 e que em agosto passado celebrou 20 anos de atividade, já produziu 10 milhões de motores de partida – lá também são feitos alternadores.

Outra aquisição da BorgWarner em 2015, a Wahler, alcançou este ano a 150 milhões de válvulas termostáticas de motores produzidas em Piracicaba (SP). Assim como a linha de embreagens viscosas produzidas em Itatiba, a planta faz parte da divisão Thermal da Borg, que produz componentes de gerenciamento térmico para motores.